

# Narrativas jornalísticas brasileiras sobre migrantes: marcas identitárias nas brechas do refúgio

Fernanda Elouise Budag<sup>1</sup>  
Andrea Limberto<sup>2</sup>

## Resumo

Voltamo-nos especificamente para narrativas sobre migrantes (refugiados ou imigrados/emigrados) realizadas depois de 24 de maio de 2017 no Brasil sob o impacto da nova lei de migração (Lei 13445). Nosso objetivo é recuperar índices identitários associados aos migrantes nas narrativas jornalísticas relacionadas ao caso brasileiro, coletadas via plataforma NewsMonitor. Seleccionamos apenas matérias em português compreendidas entre o período de maio de 2017 a abril de 2019, a partir do filtro das palavras “migrantes” e “refugiados”. Desse corpus, questionamos quais objetos de pertencimento desses sujeitos são visíveis e como se mostram, buscando organizar com eles um mapa simbólico, topográfico e quantificável.

Palavras-chave: Narrativas. Representações. Migrantes.

## Brazilian journalistic narratives about migrants: identity construction in the gaps of refuge

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências da Comunicação (ECA/USP), com pesquisa de pós-doutorado em Comunicação e Práticas de Consumo (ESPM-SP). Professora e Pesquisadora da Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM) e da Universidade São Judas (USJT). Coordenadora do Grupo de Estudos Narrativas, consumo e marcas: aproximações na contemporaneidade. E-mail fernanda.budag@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Comunicação (ECA-USP), com pesquisa de pós-doutorado na mesma instituição, entre 2013 e 2015, sobre o tema #Nos Termos da Interdição, analisando processos de interdição, narrativas e mídias digitais. Coordenadora do GP Intercom Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão. Docente na área de Comunicação Social do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-SP). E-mail: andrealimberto@gmail.com.

## Abstract

We turn specifically to narratives about migrants (refugees or immigrants/emigrants), published after May 24, 2017 in Brazil under the impact of the new migration law (Law 13445). Our goal is to recover indexes associated with migrants in the journalistic narratives related to the Brazilian case, collected via NewsMonitor platform. We only selected articles in Portuguese between the period from May 1, 2017 to February 28, 2019, based on the filter words "migrants" and "refugees". From this corpus, questions about which objects belong to these individuals are visible and how they are shown, seeking to organize with them a symbolic, topographic and quantifiable map.

Keywords: Narratives. Representations. Migrants.

## Introdução

Esta investigação assume, como ambientação, as mediações sociais das narrativas e, como perspectiva, sua aspiração política. Situamos, de maneira geral, uma visível e crescente demanda hoje por reconhecimento e por representações legítimas nas narrativas midiáticas postas em circulação e voltamos nosso olhar especificamente para aquelas envolvendo migrantes (refugiados ou imigrados/emigrados) realizadas a partir de 2017 no Brasil sob o impacto da nova lei de migração (Lei 13445), de 24 de maio daquele ano, que tem como grandes preocupações a documentação desses migrantes e o oferecimento de vistos humanitários, anistia a migrantes indocumentados e seu direito à manifestação política juntamente com o repúdio à discriminação e à xenofobia.

Com o crescente número de migrantes no Brasil<sup>3</sup> e do reportar sobre suas histórias, nosso interesse se volta justamente às narrativas jornalísticas sobre esses sujeitos migrantes (refugiados ou imigrados/emigrados). Assumindo como lócus de observação narrativas jornalísticas relacionadas ao caso brasileiro e, como recorte temporal, da data de aprovação da mencionada Lei de Migração a abril de 2019, nosso objetivo é recuperar índices identitários associados aos migrantes. Questionamos, enfim, quais objetos de pertencimento são visíveis e como se mostram; buscando organizar com eles um mapa simbólico, topográfico e quantificável.

---

<sup>3</sup> FOLHA WEB. **Número de imigrantes no Brasil chega a 1,1 milhão**. 19 jan. 2019. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/Numero-de-imigrantes-no-Brasil-chega-a-1-1-milhao-/48869>. Acesso em: 28 jan. 2019.

O trabalho de pesquisa mais amplo desenvolve-se em duas partes: além da presente, aquela dedicada à análise de material audiovisual<sup>4</sup>. Estudiosos como Hall (2003), Stam (2012) e Schreiber (2018) ajudam-nos a pensar teoricamente essas questões enquanto, em termos metodológicos, aspirando a uma visada crítica e uma noção sobre a propriedade do documental, lançamo-nos num mapeamento cujo fluxo se move das narrativas factuais, para apreender os relatos sobre migrantes registrados, aos elementos identitários nelas ficcionalizados, a fim de desafiar suas representações.

### O percurso metodológico

No que concerne aos procedimentos metodológicos, adotamos uma metodologia combinada, ou seja, operamos um movimento que combina um levantamento quantitativo complementado por uma análise de viés qualitativo. Tomando como objeto empírico, conforme já sinalizado, matérias jornalísticas, assumimos enquanto lócus único de coleta desse material a plataforma NewsMonitor<sup>5</sup>, que se autodenomina como “sistema de busca focado em notícias”, o qual presta um serviço constante, em tempo real, de “monitoramento de notícias automático” a partir da avaliação de mais de 50 mil sites. A adoção do NewsMonitor é justificada por ser uma das principais, mais avançadas e completas ferramentas brasileiras de acompanhamento e compartilhamento de notícias.

Detalhando um pouco mais o protocolo seguido para a coleta do *corpus* quantitativo, como a busca na plataforma funciona com o uso de palavras-chave e refinação com filtros, centramos o mapeamento exatamente no uso das palavras “migrantes” e “refugiados”. São dois termos que os materiais jornalísticos recuperados usam como sendo sinônimos, mas que apresentam suas especificidades – e elas têm caráter político, social e narrativo, como veremos. Quem chama a atenção para essa diferenciação são os relatórios da ONU para os refugiados (ACNUR), indicando que a principal distância está no caráter legal dos termos, ou seja, na maneira documental na lei. Um refugiado pode pleitear direitos, considerando a dimensão multinacional e humanitária de sua trajetória de refúgio, que o deslocamento de um migrante não pode. Tal relação se apresenta nas trajetórias de vida que recuperamos, ligando a dimensão

<sup>4</sup> Trabalho intitulado “Em deslocamento: busca por autenticidade nas narrativas brasileiras contemporâneas sobre migrantes”, apresentado no VII Seminário Mídia e Narrativa: políticas da Narrativa, realizado na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte, entre 31 de outubro e 1 de novembro de 2018.

<sup>5</sup> NEWSMONITOR. Disponível em: <https://app.newsmonitor.com.br>. Acesso em: 28 fev. 2019.

documental e oferecendo um lastro para as narrativas contadas. Entendemos, assim, que a narrativa ajuda a identificar os refugiados, formula a história que cria e documenta o precedente legal.

Os resultados de nossa coleta foram ainda recortados pelos filtros de idioma e data. Assim, selecionamos apenas matérias em português e compreendidas entre o período de maio de 2017 a abril de 2019 – a data inicial corresponde ao início do mês que abarca a data de aprovação da nova lei de migração e a data final consiste em nosso prazo de conclusão da fase de apuração das matérias. Com isso, alcançamos um total de 3.718 notícias com a palavra-chave “migrantes” e 5.980 com o termo “refugiados”, de um total bruto de 13.583. Recuperamos essas palavras-chave em todo o corpo da matéria, não somente no título delas.

Dessa totalidade, portanto, observamos recorrências e aspectos mais comuns encontrados nos textos/narrativas levantados. Justamente essas reincidências conformaram um novo recorte, de matérias específicas, que nos conduziu ao estágio de cunho mais qualitativo do estudo. Nesse momento, o olhar qualitativo, não mais focado no quantificável, está, ao mesmo tempo, tanto embasado na profundidade do referencial teórico quanto preocupado com a riqueza da informação que o material fornece sobre o problema de pesquisa lançado. Em outras palavras, estivemos preocupadas, sobretudo, em identificar, do *corpus* reduzido, os índices identitários, que são de nosso interesse central, além dos demais aspectos afins. Isso, obviamente, fundamentado pelo quadro referencial teórico, que abarca, sobretudo, textos concernentes ao estudo das migrações, aos migrantes-indocumentados e às relações comunicação-migração. Com essa explanação amparamos a escolha por uma metodologia combinada. Para dar conta da complexidade de um objeto do campo da comunicação e da multidimensionalidade da questão migratória/refúgio, temos primeiro a sustentação dos números e, na sequência, a contribuição teórica e crítico-analítica.

Para além de recortarmos o objeto de pesquisa em cima de um conjunto de reportagens jornalísticas que tematizam a questão migratória, entendemos que ele representa uma documentação importante sobre a narrativa e a representação dos sujeitos envolvidos. Dessa maneira, temos um objeto que se conforma em três níveis diferentes e complementares de um exercício documental: falar sobre documento que autentica a presença do migrante no território brasileiro e, nesse caso, o documento é tema da reportagem ou parte dela; documentar jornalisticamente o sujeito migrante, caso

em que seu corpo, seu relato e suas vivências autenticam sua presença no novo território; e autenticar o próprio documento jornalístico, que deve ser entendido como confiável, crível em relação aos fatos que reporta.

### Discussão teórica

Entre nosso aporte teórico, conforme já sinalizado, destacamos Stuart Hall (2003), com a obra *Da diáspora*, organizada no Brasil. Ainda que o interesse central do autor ali seja a questão da identidade cultural (a identidade cultural do Caribe pensada a partir da experiência das migrações), que não é nosso foco no momento, suas reflexões se fazem pertinentes por estarmos interessados em *Índices identitários*. Portanto, nossos escritos parecem pedir essa discussão. Hall estudou especificamente, enquanto objeto empírico, o Caribe, por assumir que a identidade caribenha foi construída a partir de dois movimentos migratórios: o primeiro de africanos migrando para o Caribe e o segundo de caribenhos migrando para o Reino Unido. E então o teórico levanta seu questionamento fundante: como fica, afinal, essa identidade?

O autor depreende três pontos relacionados a construções identitárias de migrantes que queremos sublinhar porque foram tópicos que conseguimos localizar também junto a nosso material empírico, as narrativas sobre migrantes avaliadas. Primeiro, em ambos os casos – Caribe após Segunda Guerra Mundial e Brasil hoje – há a construção de *identidades híbridas*: identificação com a nação de origem e a de destino. Ou seja, os imigrantes no Brasil, refugiados, identificam-se com sua nação de origem, sim, mas passam a identificar-se também com o Brasil, seu país de destino.

O segundo ponto que vale ressaltar está localizado no uso das tradições que os migrantes herdaram de seu lugar de origem e que trazem para o novo país. Segundo Hall (2003), para quem se deslocou de país, importam mais as *reapropriações* que fazem dessas tradições. “Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições” (HALL, 2003, p. 44). O terceiro ponto traçado por Hall, atinente a construções identitárias de migrantes, que nos parece expressivo, diz respeito à questão de que a identidade cultural hoje exige uma noção não binária de diferença. É urgente a defesa da adoção da noção de diferença enquanto fronteira, mas que não é “limite” (entre o eu e o outro) e, sim, “lugar de passagem”.

Atualizamos as perspectivas encontradas em Hall se assumimos que há uma mudança no cenário dos fluxos migratórios contemporâneos considerando especialmente

a possibilidade do registro formal do trânsito de migrantes (com dados coletados sobre eles e seu deslocamento) e de tornar suas narrativas mais visíveis nos diferentes canais de mídia. A determinação da visibilidade ou invisibilidade das narrativas migrantes, ou melhor, da sua pluralidade, diversidade e representatividade acaba ficando sob a égide das instituições locais e, assim, à mercê dos órgãos de registro que avalizam documentos de pertença e/ou validam uma filiação profissional ou dos veículos de mídia que usualmente assumem o olhar local sobre as vivências migrantes. Os processos de reapropriação e de disputa sobre as narrativas das identidades de migrantes, por outro lado, estão, como pretendemos realizar neste artigo, numa aproximação hoje possível das narrativas de migrantes como forma de documentação de cotidianos normalmente não registrados (SCHEREIBER, 2018; BISHOP, 2019). Podemos dizer que uma insistente circulação midiática traz potência narrativa e uma possibilidade de resistência. Verificamos estratégias de contra argumentação e as formas de um ativismo que se auto documenta simbolicamente através de histórias não visibilizadas e nem documentadas, mas que emergem. Nesse sentido, a representação de si como opção narrativa é um tropo comum em projetos documentais, lidando com dinâmicas de inclusão e exclusão, e entendendo que empregar formas documentais para chamar a atenção é também questionar os efeitos das políticas neoliberais e de restritivas leis de imigração. Em outras palavras, enxergamos essa noção mais aberta de diferença justamente no trabalho de conscientização de abertura para o outro em ações de integração dos refugiados entre os brasileiros, de promoção da inclusão social e de visibilidade para o tema do refúgio no Brasil.

Acreditamos na aplicabilidade, ao caso brasileiro, do que Bauman (2016, p. 8) analisa pensando na crise europeia de refugiados: há medo e ansiedade gerados pelo estranhamento do outro, pela falta de construção de uma relação de familiaridade e acolhimento. Resulta que, aproximados no mesmo tempo e espaço, há um desafio narrativo a ser realizado. A pulsão narrativa que se revela nas artes e na mídia, como as entendemos, tenta dar conta do estranhamento e da distância simbólica que permanece mesmo quando os sujeitos são colocados na mesma trama espaço-temporal, no mesmo território, dividindo o mesmo país. Diante da situação enfrentada com a existência de vidas indocumentadas, apontamos uma brecha, ou melhor, um abismo que identifica o tipo de crise vivida (a que queremos simbólica e narrativa). Trata-se da possibilidade de que sujeitos fiquem presos no lugar do não familiar, não documentado, não registrado,

considerando que o impulso narrativo que mencionávamos e que tenta recobrir diferenças tem sua presença privilegiada apenas em espaços midiáticos hegemônicos. Isso exclui a transformação de certas narrativas, o recontar de determinados relatos que, num curto circuito, ficam parados num lugar de estranhamento.

Nesse sentido e com base nos trabalhos de Schreiber, entendemos que haja dois caminhos possíveis para escapar a esse ciclo vicioso, entendidos como sendo ações de ingerência documental: a possibilidade de um ativismo não documentado no qual, independentemente da visibilidade em grandes veículos de mídia, os sujeitos ainda agem de maneira militante e suas ações são registro de sua existência tanto quanto seu percurso de viagem, suas trilhas e a passagem de seus corpos pelas cidades; e a possibilidade idealizada de um contra-espetáculo ou uma contra-visibilidade como forma de reapresentação documental, em que se armam estratégias que respondem à lógica hegemônica do visível para tentar encaminhar uma disrupção e expor sujeitos que anteriormente não tinham essa chance de emergência. Entendemos, dentro dessas possibilidades, que nosso estudo pretende evocar, com exemplos, que as formas documentais têm relevância num questionamento de uma organização narrativa dos sujeitos, da possibilidade de se fazerem visíveis e, por fim, de desafiar políticas neoliberais.

7

### **Achados empíricos**

Neste espaço, trazemos os resultados da análise quantitativa já balizada pelo olhar qualitativo, articulando-a, consecutivamente, com o escopo teórico. Para além da recepção brasileira de imigrantes entre o início do século XIX e meados do século XX, temos presenciado um recente novo fluxo migratório para o Brasil, cujas causas Cogo (2018) situa especialmente como políticas e econômicas.

Essas razões transparecem nas matérias levantadas, especialmente quando algum fato internacional desponta no período; como nas reportagens de final de fevereiro de 2019, que, tratando da crise humanitária na Venezuela, noticiam que “pelo menos 587 venezuelanos entraram no Brasil pedindo visto de residência temporária ou como

refugiados desde que o Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, determinou o fecho da fronteira com aquele país, na sexta-feira [...]”<sup>6</sup>.

Paralelamente, há matérias que trazem dados mundiais e não apenas nacionais. Afinal, em algumas situações, como quando o intuito é chamar a atenção ao Pacto Global sobre Refugiados<sup>7</sup>, proposto pela ONU, dados apenas nacionalmente localizados não são suficientes. Aliás, facilmente localizamos em nossa busca muitas matérias publicizadas pela própria ONU; o que, com um olhar mais crítico, pode acabar apresentando-se mais como autopromoção da organização do que promoção da causa. Por exemplo, em outra matéria no site da ONU Brasil parece haver uma suavização da realidade brasileira do migrante retratado, enquanto as condições difíceis de sua existência somente são centradas no passado, no país de origem; dando a entender a excelência do trabalho realizado pela ONU no Brasil. Essa matéria menciona a história de Johnny José Gonzalez, venezuelano que, oito meses após chegar ao Brasil, já está empregado. “Sua trajetória é um exemplo de como projetos de empregabilidade e capacitação podem ajudar refugiados e migrantes a recomeçar a vida num novo país<sup>8</sup>, defende o texto jornalístico.

A representação do personagem migrante acima, Johnny, como bem-sucedido em sua vinda ao país está em consonância com o que coloca Moulin (2012), sobre a migração pensada como “epopeia de superação e vitória individual”. Não podemos e nem queremos fazer por menos seu mérito e conquista, mas enxergamos no enquadramento dessa representação, acima de tudo, um certo apagamento das dificuldades de uma condição de migrante no Brasil; país em que o sujeito estrangeiro não tem o suporte de políticas migratórias que favoreçam de fato sua permanência.

Todas essas matérias, enfim, são do tipo que segue uma linha editorial de apontar números sobre a quantidade de pessoas deslocadas e de trazer informações de

---

<sup>6</sup> BRASIL recebeu 587 imigrantes e refugiados venezuelanos desde sexta-feira. **Observador**. 25 fev. 2019. Disponível em: <https://observador.pt/2019/02/25/brasil-recebeu-587-imigrantes-e-refugiados-venezuelanos-desde-sexta-feira/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

<sup>7</sup> MENOS de 5% dos refugiados que buscam reassentamento foram atendidos em 2018. **Nações Unidas Brasil**, 19 fev. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/menos-de-5-dos-refugiados-que-buscam-reassentamento-foram-atendidos-em-2018/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

<sup>8</sup> COM EMPREGO E aulas de português, refugiados reconstróem suas vidas em São Paulo. **Nações Unidas Brasil**, 14 jan. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/com-emprego-e-aulas-de-portugues-refugiados-reconstróem-suas-vidas-em-sao-paulo/>. Acesso em: 13 jul. 2019.



acontecimentos políticos motivadores do êxodo. Nessa diretriz há uma série de matérias na amostra, assim como há matérias relatando ações realizadas pelo governo brasileiro ou demais instituições atuantes no Brasil. É o caso de notícia<sup>9</sup> explicando a ação de vistoria do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em Santarém, município do estado do Pará, que presta um serviço de acolhimento de venezuelanos indígenas (*Waraos*) e não indígenas. É o caso também de matéria que divulga ação oferecida pela Prefeitura de Manaus a imigrantes residentes na cidade: “Durante a ação, a Semtepi [Secretaria Municipal do Trabalho, Empreendedorismo e Inovação] ofereceu capacitação gratuita, informações e pré-cadastramento para artesãos, emissão da carteira de trabalho, cadastro no Sine e palestras de [...] temática empreendedora”.

Nas notícias redigidas nessa linha, portanto, praticamente não localizamos espaço para as marcas identitárias dos atores migrantes/refugiados. Isso porque essas narrativas estão muito mais preocupadas em dar visibilidade a ações e dados políticos e econômicos concernentes aos deslocamentos forçados, e não em visibilizar os atores deslocados e suas condições. Indo em outra direção, contudo, encontramos notícias que explicitamente falam mais da perspectiva do migrante e, nisso, seus dados identitários ganham muito mais espaço. Em matéria em que visivelmente o propósito era divulgar curso de capacitação, as histórias de vida de dois migrantes venezuelanos são destacadas: a de Yenni Torres, engenheira industrial, e a de Christian Indriago, também graduado – “Desde que chegou ao Brasil, Indriago, que tem diploma de graduação e atuava na indústria de alumínio na Venezuela, teve de trabalhar como auxiliar de pedreiro para garantir o sustento”<sup>10</sup>.

Notamos nessa e em outras matérias o quanto a graduação conquistada no país de origem é importante para a construção identitária do sujeito refugiado, que, contraditoriamente, na maior parte das vezes não encontrará campo de atuação em sua formação no país de destino, Brasil. Atravessando a história desses migrantes está a

---

<sup>9</sup> UNICEF e Acnur vistoriam em Santarém trabalho em prol dos refugiados venezuelanos. **O Impacto**, 20 fev. 2019. Disponível em: <https://oimpacto.com.br/2019/02/20/unicef-e-ancur-vistoriam-em-santarem-trabalho-em-prol-dos-refugiados-venezuelanos/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

<sup>10</sup> BOND, Letycia. Refugiados fazem curso do Senac para inserção no mercado de trabalho. **Folha MT**, 19 fev. 2019. Disponível em: <http://www.folhamt.com.br/artigo/327978/Refugiados-fazem-curso-do-Senac-para-insercao-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 13 jul. 2019.

saúde da terra abandonada, que acaba amalgamando e constituindo também uma marca identitária (involuntária). Ainda, essa matéria, mesmo que de maneira bastante branda, ganha um tom de denúncia da condição dura de vida do migrante forçado, adiantando a característica de outro bloco de notícias encontrado.

Nesse conjunto de matérias que têm contornos mais definidos de delação das condições de vida, saltam aquelas sobre o caso do Programa Mais Médicos<sup>11</sup> que, sendo extinto ao final de 2018, deixou em situação vulnerável – financeira e de nacionalidade – uma grande quantidade de médicos cubanos que exerciam a profissão no Brasil. Criticando esse contexto, contudo, podemos afirmar que esse bloco com certo tom mais crítico não foi tão recorrente. A impressão que dá é a de que a mídia online, de modo geral, quer passar apenas ao largo do assunto, mostrando as políticas e as ações realizadas para ajudar os migrantes, sem entregar efetivamente a situação em que vivem, em termos de educação, moradia, emprego etc., enfim, condições básicas de sobrevivência, direitos e bem-estar.

Fugindo ao padrão da grande maioria das matérias, há as que não tratam da migração em si, mas das representações da migração. Casos ilustrativos são, respectivamente, uma matéria sobre uma peça de teatro em São Paulo (*São Paulo Refúgio*)<sup>12</sup> e uma sobre um filme concorrente ao Oscar 2019 (*Cafarnaum*)<sup>13</sup>.

Outro caso ilustrativo seria da notícia sobre o lançamento do jogo *Massira*, para Playstation 4. “Trata-se de um game dramático que narra a jornada de uma garota (Numi) e sua avó (Yara) fugindo da guerra da Síria rumo à Europa. Juntas, elas atravessam zonas de guerra, passam fome e dificuldades para fugir da Síria”.<sup>14</sup> Aliás, a telenovela da

<sup>11</sup> LÓPEZ, Laura. Médicos cubanos “desertores” se tornam refugiados sem emprego no Brasil. **Uol**, 04 fev. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2019/02/04/medicos-cubanos-desertores-se-tornam-refugiados-sem-emprego-no-brasil.htm>. Acesso em: 13 jul. 2019.

<sup>12</sup> BOTELHO, Flavio. Drama de refugiados é levado ao palco sob a perspectiva da cidade de São Paulo. **CBN Campinas**, 14 fev. 2019. Disponível em: <https://www.portalcbncampinas.com.br/2019/02/drama-de-refugiados-e-levado-ao-palco-sob-a-perspectiva-da-cidade-de-sao-paulo/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

<sup>13</sup> BENTO, Emanuel. Indicado ao Oscar, *Cafarnaum* retrata um Líbano sombrio para pobres, refugiados e crianças. **Diário de Pernambuco**, 14 fev. 2019. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2019/02/indicado-ao-oscar-cafarnaum-retrata-um-libano-sombrio-para-pobres-re.html>. Acesso em: 13 jul. 2019.

<sup>14</sup> DRAMA de refugiados sírios é retratado no jogo *Massira*. **Portal NBO**, 24 fev. 2019. Disponível em: <https://portalnbo.com/2019/02/drama-de-refugiados-sirios-e-retratado-no-jogo-massira.html>. Acesso em: 13 jul. 2019.

Rede Globo *Órfãos da terra*, iniciada em abril de 2019 e ocupando o horário das 18 horas da programação da emissora com enredo centrado na história de refugiados, foi pauta de várias matérias levantadas<sup>15</sup> e, desse modo, tendo escolhido o refúgio como mote da narrativa, reforça o quanto o assunto tem ganhado força midiática.

Todo esse bloco de matérias relata a representação teatralizada, cinematografada, televisionada ou gamificada do refugiado, correspondendo a representações da representação. Em todos os casos, os índices identitários aparecem quando falam da figura sofrida do refugiado. Obviamente que não é somente esse aspecto que o define, mas é um aspecto importante na construção de seu eu. Uma matéria complementa com outro olhar essa imagem: “As pessoas têm que entender que refugiado é gente como a gente. São médicos, engenheiros, professores, gente que tinha pai, mãe, filho, um restaurante favorito”<sup>16</sup>.

Essa perspectiva está colocada em texto que dá visibilidade a trabalhos realizados por pessoas mais privilegiadas em favor de refugiados. Nessa matéria, mesmo novamente não tendo o migrante forçado como protagonista e foco, seus traços identitários acabam despontando. Nessa mesma reportagem do Uol, Gabriela, uma voluntária em centros de apoio a refugiados, revela sobre seus atendidos: “São pessoas que não têm nada, mas que te convidam para jantar na barraca deles. Alguém que não tem nada, mas quer fazer algo por você”<sup>17</sup>. Portanto, aqui, mesmo que de maneira generalizada, uma marca que aparece é a da solidariedade.

Separamos, qualitativamente, três reportagens jornalísticas que abordavam a questão dos refugiados no Brasil, associando-a ao fato dos sujeitos retratados serem de povos nativos e venezuelanos. Inclusive, em nossa descrição, a determinação temporal e territorial torna-se um desafio: são de comunidades que ocupavam o território hoje

---

<sup>15</sup> Uma das matérias do *corpus*: JESUS, Regiane. Renato Góes fala sobre refugiados, tema de 'Órfãos da terra', nova novela da Globo: 'Vítimas'. **Extra**, 06 fev. 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/renato-goes-fala-sobre-refugiados-tema-de-orfaos-da-terra-nova-novela-da-globo-vitimas-23431173.html>. Acesso em: 13 jul. 2019.

<sup>16</sup> BRESSIANI, Morgana. Projeto de mãe e filha brasileiras troca flores por ajuda a refugiados ao redor do mundo. **Glamurama**, 25 fev. 2019. Disponível em: <https://glamurama.uol.com.br/projeto-de-mae-e-filha-brasileiras-troca-flores-por-ajuda-a-refugiados-ao-redor-do-mundo/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

<sup>17</sup> BRESSIANI, Morgana. Projeto de mãe e filha brasileiras troca flores por ajuda a refugiados ao redor do mundo. **Glamurama**, 25 fev. 2019. Disponível em: <https://glamurama.uol.com.br/projeto-de-mae-e-filha-brasileiras-troca-flores-por-ajuda-a-refugiados-ao-redor-do-mundo/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

conhecido como Venezuela e são cidadãos venezuelanos, mas que vivem a crise em que se encontra seu país de forma mais dura, com menos recursos, menos atenção estatal e menos inclusão. Assim, um novo rechaçar da pertença ao território se processa em seus deslocamentos para o Brasil. As reportagens que separamos tentam representá-los considerando o que carregam, suas marcas corporais, suas ações, tentando recompor um relato. Vale notar que essa ação de recomposição narrativa almeja, de forma ideal, ao retrair de uma história, um lugar e um tempo originais que de todo modo não parece ter existência na realidade.

Na reportagem “Indígenas venezuelanas refugiadas em Belém criam marca de artesanato e deixam de pedir dinheiro nas ruas”<sup>18</sup>, mulheres da comunidade *Warao* são retratadas de forma empreendedora e sua inclusão se dá através da venda de artesanato, “cestarias, costuras e bijuterias, *slings* para bebês”, fazendo um dinheiro que “muitas vezes, garante a alimentação e o pagamento de aluguéis”, ainda que tenham dificuldade para “conseguir a fibra de buriti”. Muito embora sejam as mulheres indígenas as protagonistas da reportagem, elas não são referidas em seus nomes próprios, o que acontece exclusivamente com a designer de interiores, Juliana Lavareda, voluntária da ONG Fraternidade Internacional, e Vânia dos Santos, a Clara, coordenadora do abrigo conveniado à mesma organização.

A cena que podemos chamar de empreendedora contrapõe-se àquela da mendicância e das precárias condições de sobrevivência em terras brasileiras, em que subsistem “pedindo contribuições em semáforos e calçadas, acompanhadas dos filhos pequenos”, e vivendo em “abrigos cedidos pela prefeitura e pelo governo estadual”. De forma geral, a reportagem reforça a situação precária e a distância entre a população local e as mulheres indígenas da comunidade *Warao*, que fala um “dialeto” e são as “refugiadas” num ambiente de superlotação, violência e contrabando. Os elementos que marcam a trajetória delas é de passagem pela fronteira, contato com o exército e perspectiva de um processo de interiorização (*enhepás*).

---

<sup>18</sup> CARNEIRO, Taymã; MONTEIRO, Glauce; SÓTER, Gil. Indígenas venezuelanas refugiadas em Belém criam marca de artesanato e deixam de pedir dinheiro nas ruas. **G1**, 10 abr. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/04/10/indigenas-venezuelanas-refugiadas-em-belem-criam-marca-de-artesanato-e-deixam-de-pedir-dinheiro-nas-ruas.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2019.

A reportagem “Índios venezuelanos em Boa Vista sofrem com superlotação e crack”<sup>19</sup>, num outro recorte, enfatiza a relação dos homens indígenas e as drogas. Não há a descrição de um caminho positivado de sobrevivência destes indivíduos e, em território nacional, muitos se aliam ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Repete-se o mesmo cenário de superlotação, com ênfase narrativa para as “paredes pichadas” e para o perigo. A relação com as mulheres se dá na lembrança de algo que vem como responsabilidade de um provedor, poder cuidar de “mulher e filhos”. Nessa reportagem, mulheres e crianças aparecem, então, de forma fragilizada e na dependência de um homem que não tem oportunidades em terras brasileiras.

Já no caso da reportagem “Índigena venezuelano começa revalidação de diploma universitário no Brasil”<sup>20</sup>, o principal dado é a possibilidade de validação do documento que comprova a formação educacional de um homem indígena. Nesse caso, diferentemente dos anteriores, ele ganha individualidade a partir da menção ao nome próprio: “O venezuelano Noberto Jesus Núñez Zapata”. É reforçado seu ser venezuelano e não nativo, indígena, descrito como “formado em Administração, é também cacique de um dos grupos do povo indígena *Warao*”. Conseguimos perceber também a exclusividade do caso, que é mostrado como um processo “facilitado de revalidação de diploma no Brasil, pela Universidade Estadual do Amazonas (UEA)”. Ou seja, algo difícil que está sendo simplificado para vencer as “altas taxas dos processos de revalidação e a falta de documentos” por meio de “assistência financeira, custeando os altos valores cobrados pelas universidades”.

Como objetivo mais amplo, a reportagem marca o desejo para esse indivíduo isoladamente, e que se reproduz coletivamente como um sonho geral: “Sentir-se cidadão” e ter uma “oportunidade de conseguir um trabalho”. Nesse caso, a pertença do indivíduo refugiado é entendida por meio de uma noção de cidadania baseada, por sua vez, numa entrada para o mercado de trabalho. Volta-se, mais uma vez, para o foro individual, considerando que os frutos dessa pertença cidadã são poder prover para “minhas

---

<sup>19</sup> MAISONNAVE, Fabiano; PRADO, Avenir. Índios venezuelanos em Boa Vista sofrem com superlotação e crack. **Folha**, 14 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/indios-venezuelanos-em-boa-vista-sofrem-com-superlotacao-e-crack.shtml>. Acesso em: 05 fev. 2019.

<sup>20</sup> INDÍGENA venezuelano começa revalidação de diploma universitário no Brasil. **Nações Unidas Brasil**, 23 abr. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/indigena-venezuelano-comeca-revalidacao-de-diploma-universitario-no-brasil/>. Acesso: 03 maio 2019.

crianças e minha esposa”. Não mais a mulher sozinha, mas um homem que aponta para a base da formação de um núcleo familiar.

Dois outros objetivos ainda mais abrangentes chamam a atenção no texto da reportagem. O primeiro deles é que “refugiados possam conquistar seus espaços e reconquistar sua dignidade, identidade e autoconfiança”. Dessa forma, a narrativa marcada por uma perda inicial com o deslocamento no espaço (a mudança de território), e que acarreta também uma perda identitária, busca um caminho de reconstrução. A descrição para tais caminhos de recuperação identitária é o que buscamos encontrar nas reportagens analisadas. A maneira como ela se desenha envolve a comprovação de documentos e uma entrada em âmbitos do saber (formação educacional) e do poder (entrada no mundo do trabalho). O segundo objetivo que encontramos, então, é “que eles [refugiados] sejam protagonistas de suas próprias histórias”.

### Considerações finais

Podemos afirmar que as matérias levantadas, justamente por serem determinadas por um marco político-legal (nova lei de imigração), não deixam tanto espaço para as marcas identitárias dos migrantes, aspecto central de nosso interesse. Isso porque é justamente nesse tipo de notícia que a característica mais política, econômica e das leis impera. Afinal, essas matérias não estão na editoria de cultura; aparecendo na grande imprensa porque a crise e a situação humanitária propiciam essas abordagens.

As matérias *transitam entre os termos “migrante” e “refugiado”*, variando conforme o contexto narrativo da reportagem. Usando o termo “migrante”, situam o indivíduo numa problemática internacional e referenciam os fluxos migratórios pelo globo em diferentes continentes. E, ao usarem o termo “refugiados”, fazem ver de perto essa questão que é premente em território nacional com relação a diversas nacionalidades. Os refugiados fazem acender a questão do acolhimento, do abrigo, da documentação e da construção de novas narrativas possíveis.

As reportagens *tensionam também a relação entre o individual e o coletivo* na medida em que apresentam características generalizantes para comunidades inteiras e se interessam por casos individuais de sucesso. Se, por um lado, na perspectiva do coletivo os textos denunciam uma condição calamitosa de sobrevivência e ganham tom de denúncia, por outro acabam por perder o senso de individualidade daqueles sobre quem dão testemunho, que se tornam despersonalizados e perdem o lastro narrativo. Nos casos

em que há um privilégio da trajetória individual, usualmente num caráter positivado e motivacional, perde-se na representatividade quantitativa. O caso de sucesso é narrado de forma ideal e excepcional.

No trânsito que as reportagens apresentam, há uma outra *dualidade no mesmo sentido: entre o local e o global*. Localmente as narrativas tentam reconhecer as especificidades identitárias dos vários fluxos migratórios em seus motivos complexos e plurais. Globalmente, apela-se para a nomeação de uma crise internacional de modo a conseguir força política e militante para o acolhimento dessas pessoas, e para a melhoria em suas condições de vida. A grande brecha entre essas perspectivas é a potência em si que muitas das trajetórias individuais de vida já possuem e a possibilidade de uma retomada narrativa de suas próprias histórias (com o devido apoio).

Em se tratando especificamente das reportagens que abordaram o caso de comunidades indígenas venezuelanas, há uma *distância que se tenta recobrir entre o artesanal e o digital*. Os exemplos, mais do que revelarem apenas as constantes nas narrativas sobre refugiados, revelam sobre indivíduos e grupos inteiros que estão para além de uma linha de visibilidade. Por isso, tais reportagens são exemplares na forma de tentar recuperá-los. Do lado de uma entrada no digital, temos as plataformas para venda online do trabalho realizado, o pedido e o registro de documentos, e outras facetas de uma pertença que depende de dados. Nesse sentido, a recuperação do artesanal refletido no trabalho manual para a produção de objetos, e o trabalho com a terra, oferece uma memória para tais narrativas que é da ordem de um passado original ou ancestral.

De maneira interessante, as reportagens também criam uma *dualidade entre um ambiente de falta e um de prosperidade*. A fartura, a propriedade, a conquista e o provimento estão do lado do trabalho, da documentação oficial, da recuperação de dados e do digital. As narrativas situam usualmente a origem como lugar de falta: não ter condições de subsistência em sua terra de partida (e nem na de chegada), não poder prover necessidades, não ter sua cultura e sua identidades reconhecidas como um valor.

Enfim, em diálogo com Georgiou (2018), estamos numa época de grande profusão de textos e imagens sobre migração e refúgio na mídia *mainstream*. Assim, o autor aponta que a internet, mais especificamente as redes sociais, figura como um espaço midiático em que os migrantes e refugiados teriam a possibilidade de serem agentes mais ativos no processo de sua visibilidade, operando representações e narrativas próprias mais fiéis. Portanto, em uma olhada superficial, poderíamos afirmar que os índices identitários

desses sujeitos estariam mais explícitos nas narrativas construídas com suas próprias vozes, do que nas matérias que executam práticas representacionais em seu lugar.

Ainda assim, em uma olhada mais profunda e crítica, notamos pontos, no material analisado, em que há suavização na reportagem, depois de dada a notícia dura no *lead*, abordando cultura, experiência de vida e vida cotidiana. Ou seja, há espaço, mesmo na grande mídia, para mostrar os traços identitários dos atores sociais retratados. Em outros termos, há uma prevalência em não fazer constar explicitamente marcas identitárias dos sujeitos migrantes; mas estas são localizáveis nos implícitos, nas brechas. Mesmo em meio a um tom mais pesado que as matérias carregam em virtude de suas abordagens legais e/ou políticas, as marcas identitárias conseguem emergir.

### Referências

BAUMAN, Z. **Strangers at our Door**. Wiley, 2016.

BISHOP, S. **Undocumented storytellers**: narrating the immigrant rights movement. Nova Iorque: Oxford University Press, 2019.

COGO, D. **O Haiti é aqui**: mídia e narrativas de imigrantes haitianos sobre racismo no Brasil. *Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui*, v. 139, p. 427-448, 2018.

GEOURGIOU, M. **Does the subaltern speak?** Migrant voices in digital Europe. *Popular Communication*, v. 16, n. 1, p. 45-57, 2018.

HALL, S. **Pensando a diáspora**: reflexões sobre a terra no exterior. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MOULIN, C. **A política internacional da mobilidade**: governamentalidade global e a produção da diferença no discurso disciplinar contemporâneo. In: SILVA, S. A. (org.). *Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos sociais*. São Paulo: Hucitec: FAPEAM, 2012.

SCHREIBER, R. M. **The undocumented everyday**: migrant lives and the politics of visibility. Minnesota: University of Minnesota Press, 2018.

STAM, R. **Race in translation**: culture wars in the postcolonial atlantic. Estados Unidos: New York University Press, 2012.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. 3ª edição do relatório do CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados) **Refúgio em Números**. Disponível em: [http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros\\_1104.pdf](http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf).



LIMA, J. B. B.; MUÑOZ, F. P. F.; NAZARENO, L. A.; AMARAL, N. **Refúgio no Brasil:** caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014). Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=30866&Itemid=424](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30866&Itemid=424).

COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS. **Brasilia declaration on the protection of refugees and stateless persons in the Americas.** Brasília, nov. 2010b. Disponível em: <http://www.unhcr.org/4cdd3fac6.htm>.

Recebido: 13 jul 2020  
Aprovado: 18 ago 2020